

Governo deve anunciar ampliação de despesas

Por Fabio Graner | De Brasília

O governo deve promover hoje uma pequena ampliação de despesas no orçamento deste ano. O anúncio deve ser feito com a divulgação do terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que analisa os dados até junho.

Uma fonte disse que a maior parte do aumento de gastos deve ocorrer em despesas não sujeitas ao teto constitucional, como a capitalização de empresas estatais. Um provável candidato a isso é a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgeprom), que, para que o governo pudesse atender às demandas decorrentes da crise dos caminhoneiros, perdeu recursos que já estavam previstos, e agora a equipe econômica pretende recompor no orçamento de 2018.

Além disso, alguns ministérios devem ter aumento de limite de gastos dentro do pequeno espaço existente no teto de despesas, que era próximo de R\$ 500 milhões.

Assim, a tendência ontem à noite, logo após a reunião da junta de execução orçamentária e financeira, era que houvesse uma ampliação de despesas total entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões.

Mas os números ainda poderiam sofrer alterações até a entrevista coletiva que está prevista para ocorrer hoje. Uma possibilidade que estava colocada era que o maior espaço de gastos apareça novamente como reserva de despesa, para ser usado apenas mais à frente - expediente já empregado em outras ocasiões pelo governo neste ano.

A ampliação de margem deve ser possível porque a arrecadação teve performance bastante forte em maio, que cresceu 10,4% acima da inflação ante maio de 2017. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 13 bilhões ante igual período ano passado, puxado por dividendos de estatais, que sozinhos cresceram R\$ 4,8 bilhões. Em junho, mesmo com a greve dos caminhoneiros, o desempenho da receita não foi tão negativo, mas os dados ainda não

são conhecidos.

Dessa forma, no último bimestre, o governo teve ingressos de recursos em volumes que superaram os R\$ 6,2 bilhões de sobra fiscal que havia sido apontada no relatório do segundo bimestre e foi consumida para que a equipe econômica quitasse a fatura gerada pelos caminhoneiros. A previsão de receita total para o terceiro bimestre era de R\$ 223,2 bilhões, e a receita administrada para o mesmo período, de R\$ 132,4 bilhões, já descontadas as restituições e incentivos fiscais.

No último relatório bimestral, divulgado em maio, o governo tinha definido um bloqueio de R\$ 9,1 bilhões no orçamento deste ano. Os valores daquele relatório, contudo, não são mais referência por conta das negociações realizadas no fim daquele mês para atender as reivindicações do movimento de paralisação dos caminhoneiros, como a redução dos tributos sobre o diesel, que custou cerca de R\$ 10 bilhões.

Governo terá folga de até R\$ 2 bi no Orçamento

Destino dos recursos será definido nas próximas semanas

BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA- Um desempenho melhor das receitas no último bimestre vai possibilitar ao governo divulgar hoje uma pequena folga, entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões, no Orçamento. No entanto, a avaliação da equipe econômica é que não há espaço para uma liberação homogênea de gastos para os ministérios. Os recursos devem ir para uma reserva e terão a destinação decidida nas próximas semanas, de acordo com uma lista prioritária de demandas que precisam ser atendidas.

Os números serão apresentados hoje pela equipe econômica, no relatório bimestral de receitas e despesas. Como o Orçamento já está muito próximo do teto de gastos (pelo qual as despesas não podem crescer mais do que a inflação do ano anterior), a maior parte desses recursos deve atender a gastos que não são contabilizados por esse limite, como a capitalização de empresas estatais. Uma parte menor dessa folga deve atender a ministérios que estão com o orçamento apertado.

Estão nessa lista de órgãos que demandam por mais recursos, por exemplo, as embaixadas. Isso

porque, quando o governo calculou os recursos para essa rubrica, no início do ano, considerou um câmbio menor, de cerca de R\$ 3,40. Com a escalada do dólar, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) ficou defasado.

DEMANDA MAIOR QUE FOLGA

A equipe econômica, no entanto, não quer bater o martelo sobre quais órgãos vão entrar na lista de beneficiados agora. Isso porque há uma longa fila de demandas. E o teto dos gastos não permite que novas despesas sejam criadas. — Será uma escolha de Sofia. O volume de demandas é muito superior à folga — explicou uma fonte da equipe econômica. Além disso, como parte desses recursos precisam de autorização do Congresso Nacional para serem liberados, e o Legislativo está em recesso, a percepção é que não há motivo para comprar essa briga agora.

O relatório de receitas e despesas deve trazer um Orçamento muito próximo da meta fiscal para o ano, de déficit de R\$ 159 bilhões, e do teto para os gastos. Parte disso porque o governo utilizou quase toda a folga que possuía anteriormente para atender ao subsídio para o diesel, uma das principais demandas da greve dos caminhoneiros.

Orçamento tem folga de R\$ 600 milhões

Governo encontrou espaço pequeno para aumentar despesas neste ano; R\$ 9 bilhões que seriam repassados a órgãos federais estão congelados

Adriana Fernandes/BRASÍLIA

O governo passou o dia de ontem revisando as projeções de despesas para este ano com o objetivo de liberar parte dos R\$ 9,1 bilhões que estão bloqueados no Orçamento – esses recursos seriam destinados a ministérios e outros órgãos federais, mas estão congelados. No fim das contas, a equipe econômica encontrou uma pequena folga de cerca de R\$ 600 milhões no Orçamento. A estratégia até ontem à noite era guardar esses recursos e decidir depois como liberá-los no dia a dia.

Segundo fontes da área econômica ouvidas pelo Estadão/Broadcast, esse cenário pode mudar antes do governo fechar o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que será encaminhado hoje ao Congresso. A liberação, embora pequena, é importante, segundo técnicos da área econômica, para dar mais fôlego a áreas do governo que estão passando por dificuldades com um orçamento muito apertado.

Ontem, a área técnica teve várias reuniões para definir os detalhes do relatório. À tarde, se encontraram os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia; Planejamento, Esteves Colnago; e Casa Civil, Eliseu Padilha. Juntos eles formam a Junta de Execução Orçamentária (JEO), órgão responsável por definir os rumos do Orçamento. Em relação à meta que permite rombo de até R\$ 159 bilhões nas contas neste ano, a folga total é de cerca de R\$ 1,8 bilhão por causa do aumento da previsão de receitas. Mas como o governo precisa cumprir outra regra, a do teto de gastos (que proíbe o aumento das despesas acima da variação da inflação), não pode usar todo o espaço com qualquer de tipo de gasto.

Só ficam fora do limite do teto créditos extraordinários, recursos para Justiça Eleitoral e capitalização de empresas estatais (como a da Caixa, informada na B1). Até o início da semana, a expectativa era de uma liberação maior com base em revisão para baixo de despesas com o pagamento de benefícios da Previdência, mas os números mudaram um pouco. Um dos problemas é definir quem vai receber os recursos. Em maio, o governo liberou R\$ 2 bilhões,

reduzindo para R\$ 9 bilhões o valor bloqueado. Na época, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, fez questão de ressaltar que o Orçamento de 2018 estava "exatamente no limite do teto de gastos". Ele alertou na ocasião que havia ainda riscos fiscais envolvidos, o principal deles a renegociação do Simples.

Repasse. Da liberação de R\$ 2 bilhões, R\$ 550 milhões foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento, R\$ 400 milhões para o ministério da Educação e R\$ 180 bilhões para o ministério de Desenvolvimento Social. A revisão das despesas é necessária para abrir espaço para a liberação porque o teto de gasto estava próximo de atingir o seu limite. Depois da implantação da regra do teto, não basta mais um aumento de receita para a liberação dos gastos.

Do lado das receitas, a previsão de arrecadação de impostos e contribuições federais cobrados pela Receita Federal deve ficar superior ao previsto anteriormente. A equipe econômica também vai subir a previsão de receitas de royalties de petróleo puxada pela alta do dólar e de preços. A expectativa é de uma elevação entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões.

Um novo Minha Casa, Minha Vida

»ALEXANDRE BALDY
Ministro das Cidades

O Ministério das Cidades restabeleceu a confiança com a sociedade. Retomou obras, desburocratizou processos, otimizou entregas e ampliou o número de contratações no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Estas ações coordenadas cumprem o objetivo de implementar uma agenda positiva na área habitacional e tornar real o sonho de milhões: morar bem. Para nós, é essencial honrar compromissos e estabelecer metas, com planejamento e parceiras. Hoje, no âmbito do Programa MCMV, a prioridade é a retomada das obras.

No início da gestão, identificamos cerca de 90 mil unidades habitacionais com obras paralisadas. Autorizamos a retomada da construção de 60 mil unidades em 159 empreendimentos. Entregamos, até março deste ano, cerca de 150 mil novas moradias em todo o país e contratamos outras 165 mil. A média é de mil unidades habitacionais entregues diariamente. Trabalhamos para atingir, até o fim de 2018, a meta de contratação de 700 mil novas unidades habitacionais em todas as faixas do Minha Casa, Minha Vida. Ao retomarmos as obras, contribuímos para o aquecimento da economia, com a geração de emprego e renda. A expectativa é de que mais de 1,5 milhão de novos postos de trabalho sejam criados com as contratações deste ano.

Se antes construtoras estavam ameaçadas de fechar e o desemprego era uma constante, atualmente temos pagamentos em dia, credibilidade, retomadas e investimentos. O impacto na construção civil é concreto. Em 2017, se as comercializações de imóveis evoluíram, ao todo, 6,1% no país, as comercializações do MCMV subiram 28,1%. O fato é de que o Brasil se tornou rapidamente urbano. Estima-se que 88,4% da população se concentram nas cidades.

O Minha Casa, Minha Vida se aperfeiçoou, está revigorado, alicerçado em ações que visam a justiça social, a partir de um viés humanitário. Além das metas relacionadas ao déficit habitacional, a qualidade de vidas dos cidadãos permeia todas as nossas ações. Sabemos como é importante para uma família ter a sua casa, ter uma moradia digna. Não adianta construir um conjunto habitacional distante de tudo, sem uma infraestrutura mínima e equipamentos sociais: longe de escolas, hospitais, bancos, creches e espaços de lazer. Também é preciso prover iluminação, sistema de esgoto sanitário, água tratada e pavimentação.

Por meio da humanização dos empreendimentos é que acontece a melhoria da inserção urbana. Esse novo MCMV foi concebido em consonância com as necessidades daqueles que, infelizmente, ainda não têm onde morar, que vivem de aluguel ou de favor. No cenário macroeconômico, centramos nossas

ações na implementação de medidas como a ampliação do crédito. No Congresso Nacional, consideramos prioritária a aprovação do projeto que cria novas regras para a devolução de imóveis comprados na planta — medida essencial para garantir a recuperação da construção civil.

Vivemos um momento de reconstrução econômica. A segurança jurídica dos contratos, entre aquele que executa a obra e o comprador, é fundamental. Entendemos que o Minha Casa, Minha Vida é de todos. Não se trata apenas de um programa habitacional. É um programa social. Nesse sentido, formamos um grupo de trabalho interministerial, com a participação dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Central e entidades representativas do setor produtivo, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) para debater novas propostas, aperfeiçoar o MCMV e continuar inovando na política habitacional. O Ministério das Cidades acredita que esses avanços proporcionam mais transparência aos processos e isonomia de tratamento. A criação do grupo de trabalho é a concretização do nosso entendimento de que pensar grande é pensar em conjunto. Somos protagonistas da construção de sonhos. Somos parte dessas entregas e este é, sem dúvida, nosso maior legado.